

O QUE DEVERIA SER A CENTRALIDADE DE UMA SOCIEDADE: SER HETERONORMATIVO OU CIDADÃO?

WHAT SHOULD BE THE CENTRALITY OF A SOCIETY: BEING HETERONORMATIVE OR CITIZEN?

QUÉ DEBERÍA SER LA CENTRALIDAD DE UNA SOCIEDAD: ¿SER HETERONORMATIVO O CIUDADANO?

Lucas Varaldo Augusto¹, Welson Barbosa Santos², Ana Clara Araújo Texeira³, Rone Rosa Martins⁴

DOI: 10.54899/dcs.v22i82.3327

Recibido: 05/09/2025 | Aceptado: 08/09/2025 | Publicación en línea: 12/09/2025.

RESUMO

Neste artigo é abordado as masculinidades subalternas, destacando os desafios enfrentados por aqueles que não se encaixam nas normas hegemônicas da sociedade. Explora como a heteronormatividade impõe expectativas rígidas aos homens, levando à subalternização de identidades masculinas diversas e à violência. Utiliza autores como Connell, Messerschmidt, e Foucault para analisar a relação entre masculinidade e violência, além dos impactos negativos na saúde mental e no risco de suicídio. Questiona as origens e a manutenção da subalternização das masculinidades não hegemônicas e aponta avanços, como a representação LGBTQ+ na mídia, embora persistam desafios. O artigo enfatiza a importância de uma compreensão profunda das masculinidades e suas transformações sociais, promovendo a reflexão sobre a toxicidade e a diversidade das identidades masculinas. Conclui que combater a masculinidade tóxica é crucial para melhorar a saúde pública e promover justiça social, destacando a necessidade de uma abordagem ética e estética na análise dos discursos e na construção de narrativas que reflitam a complexidade das experiências masculinas. Controle

Palavras-chave: Masculinidade. Heteronormatividade. Subalternização. Controle.

ABSTRACT

This article will be debated about subaltern masculinities, addressing the difficulties faced by those who don't fit into the hegemonic norms of society. It explores how heteronormativity imposes hard expectations on men, culminating in the subalternation of miscellaneous male identities and violence. It uses authors like Connell, Messerschmidt, and Foucault to analyze the

¹ Graduado em Biologia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: lucas.varaldo@ufu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2590-085X>

² Doutor em Educação, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), São Carlos, São Paulo, Brasil.
E-mail: welson.santos@ufu.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6118-2296>

³ Graduada em Biologia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil.
E-mail: ana.ateixeira1@ufu.br Orcid: <https://orcid.org/0009-0009-5010-2105>

⁴ Doutor em Educação, Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil.
E-mail: ronerosamartins@ufg.br Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7606-9766>

relation between masculinity and violence, in addition to the negative impacts on mental health and suicide risks. It questions the origin and the maintenance of the subordination of non-hegemonic masculinities and points to advances, like LGBTQ+ representation in the media, even when challenges persist. The article emphasizes the importance of a deep comprehension of masculinities and their social changes, promoting reflection about the toxicity and diversity of masculinities' identities. It concludes that, to combat toxic masculinity, it is crucial to improve public health and promote social justice, highlighting the necessity of a more ethical and aesthetic approach in discourse analysis and in the construction of a narrative that reflects the complexities of masculine experiences.

Keywords: Masculinity. Heteronormativity. Subalternation. Control.

RESUMEN

En este artículo se abordan las masculinidades subalternas, destacando los desafíos enfrentados por quienes no encajan en las normas hegemónicas de la sociedad. Se explora cómo la heteronormatividad impone expectativas rígidas a los hombres, lo que conduce a la subordinación de diversas identidades masculinas y a la violencia. Se utilizan autores como Connell, Messerschmidt y Foucault para analizar la relación entre masculinidad y violencia, además de los impactos negativos en la salud mental y el riesgo de suicidio. Se cuestionan los orígenes y el mantenimiento de la subordinación de las masculinidades no hegemónicas y se señalan avances, como la representación LGBTQ+ en los medios, aunque persisten desafíos. El artículo enfatiza la importancia de una comprensión profunda de las masculinidades y sus transformaciones sociales, promoviendo la reflexión sobre la toxicidad y la diversidad de las identidades masculinas. Se concluye que combatir la masculinidad tóxica es crucial para mejorar la salud pública y promover la justicia social, destacando la necesidad de un enfoque ético y estético en el análisis de los discursos y en la construcción de narrativas que reflejen la complejidad de las experiencias masculinas.

Palabras clave: Masculinidad. Heteronormatividad. Subalternidad. Control.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

INTRODUÇÃO

No nosso tempo, os desdobramentos do debate sobre masculinidades, enquanto gênero, têm nos desafiado a perceber a demanda para além da dualidade homem e mulher, historicamente estabelecida. A complexidade e desafio está na própria masculinidade, na sua construção enquanto gênero e a configuração que cada um sujeito masculino consegue dar, fazendo-nos percebê-las não mais como masculinidade e sim, masculinidades, sinaliza Connell (1995). Diante do desafio, introdutoriamente, buscaremos localizar a importância da teoria Queer para debates

no campo do gênero. Mas donde procede todo esse fundamento, importante ao debate na perspectiva do gênero e útil ao entendimento da masculinidade?

Então, sobre a Teoria Queer, vale já delimitar a importância da contribuição americana sobre o tema, nos aprofundamentos feitos dentro dos ambientes acadêmicos daquele país. Mas isso não quer dizer que a teoria tenha surgido exclusivamente lá, no ano de 1990. O que podemos afirmar é que a década citada teve como destaque o lançamento de três obras importantes para o movimento Queer. Sendo elas, “Problemas de Gênero”, escrito por Judith Butler, “One Hundred Years of Homosexuality”, produzido por David M. Halperin, e por fim “A Epistemologia do Armário”, obra da pesquisadora Eve Kosofsky Sedgwick e, considerado o grande ponto de partida da teoria.

Já justificando, a epistemologia do armário é imprescindível para certas leituras, no debater as masculinidades. Um fundamento desta linha de pensamento é que ao pensarmos estar dentro do armário e por isso invisíveis, a teoria vai nos orientar que a nossa existência, como se em um armário, tendo ele portas de vidro, ao estarmos dentro ou fora dele, somos vistos da mesma forma, notado, percebido, possível de descrição. Assim, consideremos a questão masculina, as marcas que o corpo traz e evidentes em diferentes formas e gestos, no armário não é possível escondê-las. Todos são vistos, quer fora ou dentro, afirma Santos (2016). Isso porque o outro está pronto a objetivar a quem vê, salienta Foucault (2007).

Outra questão que julgamos importante refere-se as bases de fundamentação da teoria Queer e dos estudos de masculinidades pensados bem-organizados em Connell (1995). As duas linhas de pensamento são movimentos cujas raízes estão no feminismo, pensado por homens e mulheres apoiadores da luta feminista desde a década de 1970. Referente a esse feminismo que referenciou as duas linhas de debate, Miskolci, (2012) afirma que a teoria Queer é uma ramificação do movimento de luta pelos direitos das mulheres, mesmo que tenha o propósito de questionar quem é o sujeito do feminismo. A Teoria lida com o gênero como cultural, em que o masculino e o feminino estão em homens e mulheres, mutuamente. Para o autor, cada um se apresenta, nas formas de ser, fazer e pensar que a sociedade qualifica como de masculino ou de feminino, independentemente do sexo biológico que tem. E, ainda diz,

No fundo, o gênero é relacionado a normas e convenções culturais que variam no tempo e de sociedade para sociedade. Em outras palavras, a Teoria Queer tem um duplo efeito: ela vem enriquecer os estudos gays e lésbicos com sua perspectiva feminista que lida com o conceito de gênero, e também sofisticar o feminismo, ampliando seu alcance para além das mulheres. Mas, como toda vertente teórica, ela reúne diferentes autores/as e perspectivas sob um mesmo rótulo criado a posteriori. Historicamente, o termo “Teoria

Queer” foi cunhado por Teresa de Lauretis, em 1991, como um rótulo que buscava encontrar o que há em comum em um conjunto muitas vezes disperso e relativamente diverso de pesquisas (Miskolci, 2012, p. 31).

Passadas mais de cinco décadas, quem é esse masculino do século XXI que tem despertado todo um campo de saber e fundamentação? E por que isso vem expandindo-se? Santos (2016) e Santos et al (2019) vão nos salientar que a questão masculina e sua construção na sociedade tem contribuído para um conjunto de contextos de depressão e vulnerabilização de grupos que não se sentem seguro devido as marcas de gênero fragmentadas e precárias edificadas. O que se pode notar são incertezas e complexos desafios da sociologia, psiquiatria e mesmo a educação, pelos altos índices de suicídio que tem sido deflagrado entre homens. O que temos vistos e Connell (1995) confirma, são masculinidades legitimadas e tidas como hegemônicas que se fortalecem nas demais masculinidades não legitimadas ou pouco reconhecidas. É aí que a questão se torna um desafio aos corpos que não alcança o esperado, por serem subalternizados e gerarem desconforto a quem é assim percebido. Mas, o que podemos dizer sobre essas masculinidades não hegemônicas nas últimas décadas?

Miskolci (2012) aponta nos anos 1980 no Brasil, a área de saúde apresentava a urgência de tratamento médico, por conta do surto do vírus do HIV, que assolava o mundo e, o país não estava de fora disso. A patologia foi sinalizada como estigma aos homens não heterossexuais. O preconceito aos homossexuais desencadeou reações, fazendo com que surgissem demandas voltadas para a cidadania. Houve aí um desafio para educadores da época intervirem, embora o processo tenha sido longo e com saldos complexos de se estimar em poucas linhas. Um fato é: as gerações que viveram essa época trazem marcas indeléveis do preconceito e terror discriminado.

Em decorrência disso, após anos de controle sobre os corpos adoecidos ou afeminados, a sociologia e os movimentos sociais recuperaram os direitos desses corpos fora da norma. Uma vez provado que AIDS não se restringia ou era condenação aos gays. Na busca por contextualizar quando esse movimento, sustentado na teoria Queer, chega ao Brasil, isso ocorreu a partir deste contexto advindo da AIDS. Assim, surgiu o primeiro estudo sobre a Teoria Queer aqui em 2001, conduzido pela autora Guacira Lopes Louro. Seu trabalho trouxe um novo olhar às discussões sobre a sexualidade pela obra "Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação", publicada na Revista Estudos Feministas.

Sobre o masculino e as masculinidades, pensada inicialmente junto ao movimento feminista da década de 1970, os estudos só tomam forma mais significativa nos anos de 1990. Para Miskolci, (2012), “razões históricas e de circulação intelectual contribuíram para a recepção

da Teoria Queer na área educacional brasileira” (p. 37). Mas, e os estudos de masculinidade? Nos ombros dos estudos feministas, o avançar, tanto da teoria Queer, quanto dos estudos de masculinidades só tomaram forma décadas adiante. Mais específico nos anos 2000.

Reforçamos que a relação da Teoria Queer com a educação no Brasil tem início através da compreensão dos educadores de que deveriam reconhecer as demandas que os estudantes apresentavam. Ao levarmos em consideração que, anteriormente a este processo, os professores se viam no desafio de atingir e modificar diretamente a identidade dos alunos, como padrão de comportamento, orientação sexual, gênero, entre outros, o debate Queer desafiou essa lógica histórica. Embora tenha começado timidamente no acesso a grande massa, encorpando-se no fim da primeira década do século XXI.

Segundo Miskolci (2012), de maneira imperceptível e sutil para os alunos, o controle e alienação que consistia anteriormente, em uma maneira eficaz de normalização coletiva dos corpos nos masculinos e femininos. O desafio era para que os estudantes fossem alvos, no seguirem uma heteronormatividade, que silenciosamente era ordenada como um padrão a ser seguido. No núcleo familiar, por mais que vivendo em sociedade, as famílias atuavam e ainda atuam, como um cordão de proteção, como aponta o autor.

Com isso, o ingressar na escola, que seria a primeira aproximação de fato com a sociedade, percebia-se as diversidades existentes. Miskolci, (2012) vai dizer que “Na escola, tal cordão desaparece, e é aí que descobrimos que somos acima do peso, ou magros demais, feios, baixos, gagos, negros, afeminados” (p. 40). É no universo escolar que cada um começa a ser moldado pelas imposições sociais, sendo por diferentes vezes aplicadas de formas violentas, comuns nos processos educacionais. A violência simbólica, atualmente conhecida como bullying, se baseia em atos de assédio e opressão voltados a um sujeito devido a algum fator ou característica que essa pessoa venha a apresentar de desajuste ao gênero, mesmo que a sexualidade nem esteja em jogo.

A escola era partícipe do assédio moral de tal forma que, normalmente, a educação era bullying: você entrava e se enquadrava. Havia um currículo oculto, um processo não dito, não explicitado, não colocado nos textos, mas que estava na própria estrutura do aprendizado, nas relações interpessoais, até na própria estrutura arquitetônica, que continua a ser normalizadora. (Miskolci, 2012, p. 40).

Sendo assim, o Queer abrange a gama de pessoas que estão fora do padrão, considerados repugnantes, asquerosos, anormais. Para Miskolci (2012), pode acontecer de diversas maneiras distintas, O autor ainda aponta o ser considerado impuro ou contaminador, como o ocorrido no

advento da AIDS. Para ele isso ajuda, Entender de onde procede a violência de xingamento, de injúria é importante. Quando chama essa pessoa de “sapatão” ou “bicha”, não está somente dando um “nome” “para esse outro, está julgando essa pessoa e a classificando como objeto de nojo. A injúria classifica alguém como “poluidora”, como alguém de quem você quer distância por temer ser contaminado” (Miskolci, 2012, p. 42).

Contudo, falamos de uma teoria que busca dialogar com essa população que não se enquadra nos padrões hegemônicos, independentemente de conseguirem ou não se ajustar a essas normas. Ao mesmo tempo, aqueles que não atendem a essas exigências são consideradas desqualificados em relação ao restante que se enquadra na normatividade. O autor afirma que “nessa perspectiva, se dissolve o paradoxo aparente de mulheres machistas, gays homofóbicos ou negros racistas” (Miskolci, 2012, p. 45). Também aponta que:

De certa maneira, as diferenças [...] se misturam na vida social, daí termos que pensar nelas como interseccionais. Ao invés de refletir separadamente sobre raça, gênero ou sexualidade, podemos ver esses eixos de diferenciação social como marcas da diferença, daquele rompimento normativo que coloca em xeque os ideais que uma sociedade cria sobre si mesma. A educação costumava ser parte da engenharia social voltada para concretizar essa imagem ideal ou modelar por mecanismos normalizadores que confundíamos como educativos, mas que agora começamos a reconhecer em seu caráter autoritário e interessado. Em outras palavras, a educação era fundamental na disseminação de um ideal hegemônico da sociedade, mas parece ter despertado para seu potencial político de transformação do ideal em algo mais democrático e afeito às experiências subalternizadas (Miskolci, 2012, p. 62).

Ademais, a Teoria Queer busca dar visibilidade aos rejeitados, subalternizados e excluídos, realizando o movimento contrário do realizado pela sociedade, Estado, ou até mesmo pela cultura na qual estamos habituados a acessar diariamente. É por essa razão que julgamos ela importante para um debate que se propõe contribuir aos estudos de masculinidades cambiantes. Nesse caminho, pensemos a escola, que se faz como primeiro local no qual os sujeitos passam por este processo de se reconhecer como anormal. Por fim, a ideologia Queer se mostra essencial por trazer uma perspectiva coerente de entendimento às ordens sociais estabelecidas de masculinidade heteronormativa, através das relações de poder e da cultura na qual seguimos e eficientemente repassamos.

Nela pode-se melhor perceber como as identidades masculinas são construídas por via da cultura e sociedade. A teoria Queer busca romper com as lógicas de normatividade, hegemonia e autoritarismo que produzem a subalternização de alguns e a hierarquização de outros. Ao mesmo tempo, acolhe e ressignifica a posição dos chamados “anormais”, que ocupam lugares sociais

historicamente marcados pela exclusão e inferiorização. É sustentado nessa forma de se pensar o masculino que o trabalho aqui apresentado se desenvolve.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Eu penso que desde criança algumas coisas faziam o outro me ver onde eu não queria ser visto, notado, julgado, cobrado. O que isso me causou? Vergonha, timidez, medo de não conseguir me inserir na vida, na lida de trabalhar. O olhar do outro sempre me passava desconfiança de quem eu era. A vida foi sendo vivida assim. Dentro de casa não era muito diferente. Eu me sentia diferente de meus outros quatro irmãos mais velho e não era uma sensação boa. O tempo não apagou nada disso. Só deixou em mim marcas e um lugar de anormal, incompleto, carente a todo tempo de ser aceito sem uma condição normativa. Se a maturidade nos ajuda, também nos cristaliza num lugar de diferente. Dói, mas a gente vai aprendendo a viver (Participante 8).

A partir do recorte de memorial usado como epígrafe, o mesmo se integra a dimensão dessa escrita, das memórias pessoais como instrumentos e dado, como sinalizam Ellis (2004) e Brito (2010). A partir do fragmento dizemos que a memória possibilita reconstruir processos socioculturais e históricos, contribuindo para o fortalecimento das identidades e para a ampliação do olhar analítico em relação as vivências descritas. O recorte nos traz isso. Isso porque a valorização da memória como prática investigativa é atravessada por relações de poder e por marcas sociais que influenciam a forma como o sujeito se compreende e é compreendido. O fragmento “*O olhar do outro sempre me passava desconfiança de quem eu era*” narra isso.

Essa escrita, articulada à análise do discurso, favoreceu essa investigação de forma mais profunda, dialógica e comprometida com a complexidade do ser masculino. Nesse sentido, possibilitou que sujeitos que vivenciam masculinidades não hegemônicas resgatem suas histórias e se afirmem como protagonistas de suas trajetórias, enfrentando os processos de subalternização destacados por Connell (1995) e Santos et al. (2023).

Nessa busca de entendimento, a partir das reflexões Foucault (2007), ela foi fundamental na análise dos dispositivos de poder, dos mecanismos de legitimação e subalternização, tal qual as estratégias de classificação que permearam as fronteiras entre o incluso ou excluído do social. Foucault (2002), em *Os anormais*, conceitua o “anormal” como aquele que vai contra as normas disciplinares sociais, através do confronto das biopolíticas naturalizadas, que impõe, por exemplo, ao corpo “masculino” um único modo desejo, o heterossexual.

Ao não alcançar determinado limite ou habilidade do desejo e formato esperado do gênero, o sujeito não apenas vai contra as convenções jurídicas ou morais, mas também cria um

contrabalanço de princípios, sendo tido como fora da norma. Neste sentido, surge a questão; de que maneira operam esses mecanismos de controle? O desafio baseia-se em analisar, a partir dos fundamentos Queer, introdutoriamente discutido, os desacatos e afrontas, experienciados por sujeitos que se encontram em um contexto de violência, enquanto são inquiridos por expectativas morais a respeito do corpo, da identidade, um conjunto de tornas esperadas e atribuído ao masculino e que aquele corpo não alcança.

Essas imposições e expectativas deixam na sociedade processos de subalternização e de rejeição para com aqueles que não correspondam ou não se encaixam em determinado modelo hegemônico social tão bem desenhado, avalia Santos (2016). Autores como Connell (1995); Connell; Messerschmidt (2013); Foucault (2002; 2007); Santos (2016); Santos et al (2023), em seus debates mostram o necessário na atualidade, tendo em vista que as normas padrões de masculinidade tem operado como dispositivo de vulnerabilização e subalternização, gerando consequências graves, tais como agressões, abrindo espaços aos preconceitos e até mesmo suicídio.

“Reconhecer o não discursivo e as dimensões não refletidas do gênero nos permite perceber alguns sentidos dos limites da flexibilidade discursiva [...] os custos de se fazerem determinadas escolhas discursivas podem ser muito altos – como mostrado pelos índices de suicídio dentre pessoas envolvidas em mudanças transexuais (Connell; Messerschmidt, 2013. p. 258).”

Etimologicamente, o termo “Masculinidade” vem do latim “Maculinus” ou aquele do sexo masculino. Já no dicionário, encontra-se o termo “masculino” como relativo ao sexo dos animais machos, que denota vigor, força e virilidade (Michaelis, 2024). A partir disso, entende-se que o conceito de masculinidade hegemônica está estruturado em torno de padrões sociais, que legitimam praticas socioculturais de dominação masculina, sustentada a partir da subordinação de outras formas de masculinidade.

Tal dominância se mantém não somente pela força, mas também pela transmissão cultural e social. Mas não é algo que se possa escolher. Está no campo das expectativas das diferentes instâncias da sociedade. O que ocorre é ser colocada ao menino ainda no útero certos padrões e a família reforça tais traços como valor, impões condutas rígidas padrão para esse enquadramento e a escola avança nesse processo, junto com outras instituições normativas que historicamente foram sendo criadas. Foucault (2007) vai se referir ao corpo de uma criança vigiada e ao qual é imposto condutas. Sua outra obra (Foucault, 2002) vai nos sinalizar que por interesse da sociedade, tivemos toda a responsabilidade de condução do corpo dos filhos aos pais e o risco de

repassa de patologias aos descendentes, caso o controle não seja bem feito.

Mas que patologias seriam essas? Em Foucault (2002) seria o discurso que foi estabelecido do “anormal”. Seria um monstro humano a ser corrigido. Falou-se muito da criança masturbadora e seu risco de tornar-se um doente. Seria aquele que constitui “(...) em sua existência mesma e em sua forma, não apenas uma violação das leis da sociedade, mas uma violação das leis da natureza” (2002, p. 69). Seria a combinação do impossível com o proibido. Contraditório, mas foi o princípio de se entender formas da anomalia. Uma preocupação, um investimento e desafio da família, diante de um monstro banalizado (2001, p. 71).

Tínhamos, segundo o autor, um “indivíduo a ser corrigido” e que habita a família e suas relações com instituições vizinhas, podendo propagar essas patologias em seus genes. A existência do indivíduo a ser corrigido pela família, escola, sociedade passou a ser um fenômeno normal, o corpo dessa criança, desse futuro homem. Mas, uma vez incorrigível, demanda a criação de tecnologias para a reeducação. Por mais que estejamos nos referindo a uma escrita que remonta os séculos XVI, XVII e XVIII, a partir da figura do “indivíduo a corrigir” é possível percebermos que tais leituras e percepções de sociedade perpetuou esses valores, esses modos de colocação e expectativa. O menino que não se enquadra ao esperado de normatividade de gênero ao seu corpo e ao seu desejo, continua sendo percebido como anormal.

Notemos que a germinação daquilo que, estava no final do século XIX, vai ser resinificado nos domínios disciplinares, patologizados pela medicina e perpetuado até a virada do século XXI, quando só aí se busca repensar essa conceituação de sexualidade não normativa como doença. Essa figura da “criança masturbadora”, que vem do século XVIII e XIX e que envolve exclusivamente a família burguesa, foi entendida como um dispositivo de poder responsável e de controle dos pais. Apostava-se que qualquer patologia mental, debilidade física ou vício moral, estariam sendo desencadeado por esses vícios da infância, descuido dos pais e repassado geneticamente.

Este foi um modelo socialmente aceito e valorizado de tornar-se homem, com hierarquias implícitas e bem definidas de subordinação e subalternância. Sendo assim, a masculinidade hegemônica, organiza-se pelos padrões inacessíveis estabelecidos e para ser alcançado por todos (Connell; Messerschmidt, 2013) e que por não ser possível de se alcançar, ao mesmo tempo produzem divisões e conflitos emocionais, principalmente em relações familiares (Santos, 2016). Soma-se a isso a relação de transformação protagonizadas pelas mulheres, que pode contribuir no levar esses homens a alternarem entre a aceitação e rejeição à igualdade de gênero. Connell;

Messerschmidt (2013) vão nos sinalizar a possibilidade de que toda essa demanda tem sido conflitante para o próprio homem. Para os autores,

As masculinidades hegemônicas tendem a envolver padrões específicos de divisão interna e conflito emocional, precisamente por sua associação com o poder generificado. Relações com os pais são mais comumente focos de tensão, dada a divisão sexual do trabalho no cuidado das crianças, a “cultura das longas horas” em profissões e gerenciamentos, e a preocupação dos pais ricos no manejo de sua riqueza. (Connell; Messerschmidt., 2013. p. 271).

Levando em consideração as questões abordadas nos estudos sobre masculinidades contemporâneas, observa-se que elas estão profundamente conectadas com as formas de violências orquestradas socialmente, tendo presença desde a modernidade e intensificadas na pós-modernidade (Connell, 1995). Mesmo em uma sociedade com evolução baseada no poder bélico e tecnológico, os processos que envolvem os mecanismos de força atribuídos ao corpo masculino, à exemplo a ideia de sempre lutar, vencer e se afirmar fisicamente, continuam sendo significativas (Santos, 2016).

Ainda neste sentido, Connell e Messerschmidt (2013) afirmam que em termos de custo e consequências, pesquisas em criminologia demonstram que determinados padrões de agressão vinculados à masculinidade hegemônica são resultados de uma busca por hegemonia, não um efeito automático. Logo, a masculinidade hegemônica não promove a violência como objetivo, mas associa força física e dominação a um ideal socialmente valorizado de ser homem, transformando a violência em uma expressão de legitimação dessa masculinidade. (SANTOS et al, 2019; Santos et al, 2023).

“Homens que receberam os benefícios do patriarcado sem adotar uma versão forte da dominação masculina podem ser vistos como aqueles que adotaram uma cumplicidade masculina. [...] A hegemonia não significava violência, apesar de poder ser sustentada pela força; significava ascendência alcançada através da cultura, das instituições e da persuasão. Também muito apoiada é a ideia original de que a masculinidade hegemônica não necessita ser o padrão comum na vida diária de meninos e homens. Em vez disso, a hegemonia trabalha em parte através da produção de exemplos de masculinidade (como as estrelas dos esportes profissionais), símbolos que têm autoridade, apesar do fato de a maioria dos homens e meninos não viver de acordo com eles (Connell; Messerschmidt 2013. p. 245; p. 263).”

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, esta pesquisa situa-se no âmbito das pesquisas qualitativas e está vinculada aos grupos de pesquisa Educação, Masculinidades, Cultura e Subjetividades (GPEMCS) e Projetos Interdisciplinares (GPCIM). Os participantes foram dez (10) estudantes do sexo masculino de uma Universidade Pública Federal localizada no Triângulo Mineiro, que colaboraram por meio de memoriais descritivos, que foram elaborados a partir de ações contínuas dos dois grupos de pesquisa mencionados, os quais mantêm estreita relação com três disciplinas regulares ofertadas nos cursos da instituição.

A escolha por essa abordagem busca compreender como as masculinidades subalternas discutidas em Connell (1995); Connell & Messerschmidt (2013) se constituem e se expressam. Nosso foco é os contextos acadêmicos, revelando as tensões entre norma e transgressão, conforme permite problematizar Foucault (2002), em sua análise sobre os “anormais”. Além disso, ao privilegiar narrativas de si, buscou-se evidenciar como os sujeitos elaboram e organizam suas experiências frente às expectativas sociais e ou lidam com suas frustrações por sentirem-se fora da norma. O desafio é que o método se articule à necessidade de dar visibilidade às vozes historicamente silenciadas e classificadas como marginais.

A pesquisa ancora-se e usa de fundamentos da análise do discurso, da escuta sensível, articulando referenciais da sociologia, dos estudos culturais e dos processos criativos, conforme proposto por Rosa Maria Bueno Fischer (2001; 2021) e Foucault (2011). Tal perspectiva busca conciliar o rigor da escrita acadêmica com a sensibilidade em observar o sujeito masculino, compreendendo-o em sua singularidade e inserido em contextos sociais, históricos, políticos e culturais. O intuito é abordar, de forma sensível e plural, os mecanismos de poder que classificam, subalternizam e normatizam as masculinidades. Dessa forma, o discurso produzido é compreendido não apenas como veículo de informação, mas como prática constitutiva de subjetividades, permeada por relações de poder (Foucault, 2011). O desafio proposto constituiu-se em elaborar uma escrita no campo das identidades, partindo de onde nos reconhecemos, mantendo o eixo na perspectiva da educação.

Desse modo, buscamos um movimento que “produza no leitor a empatia, a vibração, a inquietação, isso porque raros são os casos de pesquisas que se mostram como vitalidade, como carne viva, espinhos em nossa carne.” (Fischer, 2021, p. 3) Nesse processo, assume-se a prática da escuta sensível proposta pela autora. Ela nos provoca a refletir que a produção de sentidos não

se restringe somente ao que é verbalizado, mas também se manifesta nos silêncios, nas ausências e nas entrelinhas. No desafio de perceber quem somos e qual a nossa posição antes de direcionar o olhar ao outro. Tal abordagem reconhece a heterogeneidade dos enunciados. O entende como construções históricas e sociais, marcadas pela multiplicidade e fragmentação, ressaltando diferentes pontos de vista e experiências.

Quanto ao discurso, sabe-se que ele não se configura como algo homogêneo, mas como uma construção plural e complexa, formada por variados contextos e atravessamentos que constituem os sujeitos em seus percursos, como bem se sabe sobre as masculinidades. Desse modo, ao recorrer à escuta sensível busca-se não apenas interpretar os discursos dos participantes do sexo masculino, mas também perceber esses vazios que permeiam as experiências das masculinidades subalternas, constantemente marcadas por dinâmicas de poder e exclusão, como analisam Foucault (2002); Connell (1995); Connell & Messerschmidt (2013); Santos (2016).

Mas como seguir nesse caminho? Diante desse desafio, torna-se essencial evidenciar verdades e confrontar as próprias escritas reflexivas, em consonância com a noção de vida enquanto obra de arte (Foucault, 2007). A relevância de uma escrita sensível, que incorpore narrativas pessoais, mostra-se cada vez mais necessária, visto que o contexto contemporâneo exige essa postura. Esse processo é um recurso indispensável para legitimar práticas investigativas e de produção escrita, fundamentadas na escuta atenta de si e do outro (Fischer, 2021). A autora sinaliza que,

Cada arte, cada linguagem, cada modo de criação nos ensina a força de um presente que jamais se reduz ao trivial: antes, veste-se de uma ética de obrigações a que somos chamados, para com o outro, para conosco mesmos. Disso é feita toda e qualquer criação. Também nossas invenções acadêmicas. (Fischer, 2021, p. 19).

A autora destaca que as palavras produzidas são construções estruturantes da realidade. Assim, os objetos de análise não são fixos ou estáticos, mas estão em constante processo de formação e transformação. Nessa perspectiva, é fundamental considerar o contexto em que o sujeito está inserido, reconhecendo que suas vivências são socialmente produzidas e legitimadas. A combinação de tais elementos descritos em Fischer (2001; 2021), é fundamental para uma escrita detalhada, tais como os memoriais, e a prática de aprofundar nas características e individualidades do objeto de pesquisa, como adotamos aqui.

Os elementos citados são essenciais para uma análise discursiva precisa, que dê ênfase na contribuição das diferentes formas de interpretação que podem ser consideradas verdades

subjetivas, fazendo com que a pesquisa exceda apenas a coleta de dados. Trata-se de acolher as subjetividades que emergem do discurso de homem que se sentem subalternizados, permitindo que atravessem e orientem a construção do conhecimento sobre seus dilemas, enfrentamentos e dores. Essa análise do discurso, permite compreender como os enunciados sobre masculinidade operam classificando, legitimando ou subalternizando, sendo aqui um direcionador a nossas análises.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As vezes nos deparamos com certas perguntas bem difícil de responder. Quando penso em mim, admito que vivi vários dias que eu me perguntei se minha vida seria mais fácil se eu fosse diferente. Houve vezes que meu maior desejo era ser outra pessoa, ser diferente de quem eu já era. Após pensar sobre tudo que passei e quem me tornei, acredito que não, não quero ser outra pessoa, mas esse processo de aceitação é difícil demais, muito doloroso mesmo (participante 05).

Quem de nós nunca questionou se valia pena ser quem somos, diante do não aceitar do outro? Quando observamos o fragmento de fala, ele nos leva a perceber os conflitos de identidade ou de existência ao qual gerações tem experimentado, em uma sociedade cada vez mais controlada e iludida de que vive em liberdade (Santos, 2016). Como considerar o recorte ao observamos os que tem se perguntado como mudar. Que cuidado precisamos ter para com um contexto social de sujeitos aparentemente decepcionado consigo mesmo por não alcançar o que esperavam dele? Nisso, uma pergunta que encaminha a resposta é: de onde procede os processos de subalternização das masculinidades não hegemônicas que são colocadas no lugar de exclusão? O que as mantem viva? O que podemos sinalizar de mudanças verdadeiras desse tema no nosso tempo?

O nosso tempo: lembremos do Personagem Clodoaldo Valério, da novela das 21 horas da rede globo, contracenado com a atriz Cristiane Torloni. Na atualidade o personagem teria que sair do ar poucos capítulos após iniciado, porque diferentes grupos sociais se manifestariam. Diria alguns: sim, avançamos para uma sociedade mais justa e tolerante. A resposta sensata seria: avançamos para um campo mais consciente da importância do debate. Famílias, pais, irmãos, escola, roda heterossexuais, dentro outros, têm se aberto a discutir o assunto, mesmo que permeado de preconceitos ou sujeito a erros grotescos ao pressupor quem é esse outro não normativo e que se é tolerante. Os discursos pós estruturalistas são claros: é preciso reconhecer as diferenças e aprender a conviver com elas (Louro, 2001, Santos, 2016)

Portanto, podemos admitir que os tempos são outros, mas entender um pouco de questões históricas nos localizam e contribuem ao debate. Nesse sentido, Connell; Messerschmidt (2013) nos desloca a perceber a trajetória da epidemia do HIV, estreitamente ligada a mudanças sociais nas sexualidades masculinas e que moldaram uma geração, desenharam caminhos atuais. Portanto, quando falamos de masculinidades, consideremos as mesmas carregadas de possibilidades de identidades associadas a violência de uma em relação a outras (Connell, 1995). É importante mostrar que estamos lidando com questões de importância para a sociedade global (Santos, 2016). Nisso, é desafio a ser enfrentado,

Para os homens, a obtenção de uma compreensão mais profunda a respeito de si próprios, especialmente no nível das emoções, constitui uma chave para a transformação das relações pessoais, da sexualidade e da vida doméstica. As práticas de gênero dos homens levantam importantes questões de justiça social, considerando-se a escala da desigualdade econômica, a violência doméstica e as barreiras institucionais à igualdade das mulheres (Connell, 1995, p. 186).

Pelo descrito, existe no nosso tempo uma masculinidade toxica a ser combatida. Santos (2016) e Santos et al (2023) vai nos sinalizar os diferentes graus e repercussões que essa toxicidade pode alcançar, a si e aos outros homens e, não menos, também trazem danos às mulheres. Nesse caminho, os autores vão afirmar que tais atitudes e identidades tem levado sujeitos a estados de vulnerabilidades e de risco de tirarem suas vidas, possivelmente devido não suportarem processos de subalternização e alienação.

Nisso precisamos considerar que o conceito de papel do homem que tem algumas fragilidades na sociedade tem seu valor e chama nossa atenção. Algo facilmente percebido nesse campo, estão tanto em termos científicos quanto na prática. Nesse entendimento, os estudos de Santos (2016) nos permitem assimilar o problema relacionado ao poder, violência e ou desigualdade material dentro desse gênero. Para o autor, o conceito de Masculinidade, sem uma problematização, não nos permite ter uma visão da complexidade dela e as várias formas de se ser. Connell (1995) vai nos dizer tratar-se de construções fragmentada, precária, dolorosas e o não alcançar o esperado gera sofrimento. A possibilidade desse entendimento está presente em quem identitariamente localiza-se no campo da subalternia, da masculinidade não hegemônica, do desejo fora da norma e de não ter alcançado o padrão de masculinidade esperada. No fragmento tal nuance aparecem quando temos a afirmação,

Acho que desde sempre as coisas que me fizeram sofrer e são coisas que eu nunca pensei sobre e tento não lembrar, mas inevitavelmente fui guardando memórias e

acontecimentos ruins cada vez mais no meu inconsciente. Creio que em minha experiência de vida ser gay dói pelo medo de ser julgado, de ser excluído desde sempre na escola, de receber olhares de outras crianças que estudavam comigo, medo de decepcionar meus pais e familiares, a sociedade sempre colocou em minha cabeça que ser gay era errado, que era motivo de piada e chacota (Participante 02).

O fragmento confirma o campo teórico ao dizer que masculinidade não hegemônicas estão no campo da subalternia, do não reconhecimento (Santos, 2016; Connell, 1995; Connell e Messerschmidt, 2013). Os autores descrevem que tais percepções pelo sujeito subalterno, acontece muito cedo. Nesse sentido, o fragmento esclarece-nos o quão normativos somos desde pequenos e o quão doloroso é não estar na norma. Ao que, por alguma razão, vai se construindo com uma identidade desviante, resta a subalternia. O que se colhe desse processo o fragmento esclarece: medo e pânico no decepcionar aqueles para quem crescemos e esperamos ser amados incondicionalmente. Corresponder a esse amor aos pais é um conflito latente. Mas tais demandas não procedem somente da família. O recorte mostra-nos o dilema e o conflito gerado desde muito cedo a aqueles que estão fora da norma e a forma como o dilema e os enfrentamentos são múltiplos.

E daí perguntamos, e se as novas gerações percebessem o subalterno como mais uma dessas masculinidades, seria possível amenizar os sofrimentos citados e bem descritos no fragmento de fala recém inserido nessa discussão? Buscando amplitude do debate, em Connell; Messerschmidt (2013), percebemos que é esperado ser masculino e feminino, ser encaixado como homem e o que cabe à mulher e nada além desses dois papéis. Então, cada um traz sua carga histórica e cultural nesse expressar-se homem, embora alguns não alcancem nem de perto o que se espera.

Para os autores, os homens são submetidos a uma pressão social para que tenha condutas masculinas, fuja do que é feminino. A pressão vem da família, depois do meio escolar, de grupos de amigos, da imprensa e dos empregadores, como o recorte inserido bem ilustra. Santos et al (2019) nos mostram que, dentro dos processos de formação acadêmica, o mesmo ocorre e tem gerado sofrimentos nos jovens que porventura não atendam ao padrão hegemônico esperado. As narrativas aqui inseridas, são de jovens que se veem assim no espaço acadêmico.

Não acho que houve uma coisa mais específica que me fez sofrer, sofri com um conjunto de coisas que aconteciam comigo no dia a dia, a insegurança e o medo de ser quem eu sou, me sinto afetado até hoje com o bullying que eu sofria na escola, uma vez em específico um grupo de meninos falaram que iam me bater só por eu ser quem eu sou, foram ameaças que me faziam ter medo todos os dias, medo de ir para escola e sair de

casa, medo de sofrer e ser zombado. Hoje em dia ainda sinto que as pessoas estão me julgando, que ainda sou motivo de chacota por qualquer motivo.

No perceber atento a narrativa, o recorte nos sustenta na afirmação de que identidades não legitimadas levarão por sua existência as marcas da dor e do medo (Santos, 2019) e o fragmento confirma essa leitura. Assim, considerar o fragmento sinaliza-nos que o escuro, o sozinho na rua pode ter sentido ameaçador a quem o vive, só por saber que não atende as expectativas da norma do gênero ou da sexualidade e que por ventura, pode ter escapulado e ser visível ao outro. O recorte descreve bem essas marcas indelével. E que sentido ela deixa a quem as vivencia? “*foram ameaças que me faziam ter medo todos os dias, medo de ir para escola e sair de casa, medo de sofrer e ser zombado*”.

Mas, como entender tais considerações? A questão é que a grande maioria dos homens carregam uma absorção de normas sociais impostas sobre eles. Ao mesmo tempo, contribui para identificar e clandestinizar os que não atendem as especificidades esperadas de corpo e desejo dessa masculinidade esperada. Também, temos a consequência de descontrole emocional, carregando o fardo imposto pelos padrões criados pela sociedade (Connell, 1995). Isso tem gerado quadros sociais alarmantes de depressão, vulnerabilidade e risco de suicídio (Santos et al, 2019). O quadro tem levado pessoas a se tornarem cada vez mais agressivas e introvertidas, tendo crises de identidade e até mesmo apresentando dificuldade de se relacionarem com outras pessoas, afirma os autores. E o que tais questões nos desafia?

Isso sugere que devemos pensar na construção da masculinidade como um projeto (no sentido de Sartre) perseguido ao longo de um período de muitos anos e através de muitas voltas e reviravoltas. Esses projetos envolvem encontros complexos com instituições (tais como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais (tais como a comunicação de massa, a religião e o feminismo). (Connell, 1995, p. 190).

CONCLUSÃO – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Na sociedade, os homens que não alcançam um padrão hegemônico acabam se oprimindo e se privando de expressar os seus sentimentos. Este movimento pode ser discutido, repensado e considerado válido na formação, nos debates que questionam tais condutas. Outra coisa a se citar e perceptível, são meninos com mais sensibilidades, com corpos não tão másculos, sendo subalternizados, como as narrativas nos demonstraram e que precisam ser repensadas, acomodadas, reconhecidas e desafiadas. Serem vistas como parte do todo e discutidas nos espaços

de convivência e escola.

Uma consideração a ser feita é que no cotidiano, homens podem e conseguem ter e produzir o mesmo desempenho social em trabalhos como grupos de jogos, dentre outros, desde que haja um investimento para isso, permitindo melhor convívio. Portanto, essas masculinidades cabem na sociedade, o que falta é se trabalhar a questão. Precisamos considerar a descrição convencional de que o gênero é como uma moldura social em que são marcados os corpos e o que se espera deles e não precisa ser assim. Esse acontecimento acaba prejudicando crescimento e amadurecimento sobre o que se é e se pode ser. O controle rígido do qual não se permite escapar, pode ser repensado.

Dessa forma, os prazeres e as emoções, nesse processo de se apropriar da masculinidade como algo a estar dentro de um padrão esperado pode ser repensado. Falamos na apropriação por encaixar em um suposto comportamento masculino, nos esportes mais duros e embrutecidos, até mesmo na imposição de cores. Que as cores sejam a paz, e as relações sejam de aceitabilidade e convívio. Que escola, família, sociedade, universidades, assumam um compromisso de reconhecer essas diferenças e conviver com elas. Promova a diferença como traço de nossa sociedade positivamente.

REFERÊNCIAS

BRITO, A. E. **Narrativa escrita na interface com a pesquisa e a formação de professores**: In: MORAES, D. Z.; LUGLI, R. S. G. O. (Org.). *Docência, pesquisa e aprendizagem: (auto) biografias como espaços de formação/investigação*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

CASTEJON, M. **Processos de subjetivação no discurso religioso de matriz africana em textos de Jorge Amado**. UFSCar – tese de Doutorado – Programa de Pós-graduação em Educação, 2023.

COONNELL, R. Políticas da masculinidade. **Educação & Realidade**, V.20, n. 2. 1995.

CONNELL, R.; MESSERSCHMIDT. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 21(1): 424, janeiro-abril/2013.

DICIONÁRIO MICHAELIS. **Comunicação. Michaelis On-Line**, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/digital/> Acesso em: 19 de agosto de 2025

FISCHER, R. M. B. Por uma escuta da Arte: ensaio sobre poéticas possíveis na pesquisa. **Rev. Bras. Estud. Presença**. vol.11 nº 1 Porto Alegre, 2021

FOUCAULT, M. **História da sexualidade volume I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. 2007.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola. 2011.

SANTOS, W. B. **Heteronormatividade masculina adolescente**: entre a construção obrigatória e a desconstrução necessária. Intermeios, São Paulo, 2016.

SANTOS, W. B.; SANT'ANNA, T. F.; DIAS, W. F.; FALEIRO, W. **O masculino e o feminino na escola**: as contradições da norma e da forma discursivamente impostas. Uberlândia: Navegando Publicações, 2018.

SANTOS, W. B.; MOTA M. C. C.; CASTEJON, M.; OLIVEIRA, A. D. **Mulher encarcerada**: a dor inerente da condição feminina. Uberlândia: Ed, Intermeios, 2023.